



Uma análise dos escritórios de contabilidade de Sertânia (PE) sobre a necessidade de aplicação das IFRS para pequenas e médias empresas

O estudo tem por objetivo analisar os escritórios de contabilidade de Sertânia (PE) sobre a necessidade de aplicação das IFRS para pequenas e médias empresa, investigando os aspectos qualitativos da oferta dos serviços contábeis pelos escritórios de contabilidade às pequenas e médias empresas (PMEs). Especificamente, busca-se saber qual o grau de utilização das normas internacionais de contabilidade para pequenas e médias empresas “*IFRS for SME*” no Brasil adotada pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 19.41. Foram entrevistados 4 escritórios de contabilidade na cidade do Sertânia (PE). O estudo tem seu foco no conhecimento, utilização e aplicabilidade das normas internacionais de contabilidade para pequenas e médias empresas. Os resultados apontam que ainda não existe a utilização das normas e que alguns profissionais não têm conhecimento das mudanças geradas pelo processo da convergência contábil. O estudo ainda revela que a maioria dos profissionais da contabilidade vê necessidade de adoção das normas internacionais de contabilidade para as PMEs.

Iara Pereira Pacheco

Graduanda em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Humanas e Exatas – (CCHE) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus VI.
E-mail: iarapa.pereira@gmail.com

João Paulo do Nascimento

Graduando em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Humanas e Exatas – (CCHE) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus VI.
E-mail: nascjp@gmail.com

2178 – Recebido em 2/7/2019. Distribuído em 2/7/2019. Pedido de revisão em 13/9/2019. Resubmetido pelo autor em 3/10/2019. Aprovado em 8/10/2019, na quarta rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição novembro-dezembro de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

Este estudo tem como objetivo analisar os escritórios de contabilidade de Sertânia (PE) sobre a necessidade de aplicação das IFRS para pequenas e médias empresas, investigando os aspectos qualitativos da oferta dos serviços contábeis pelos escritórios de contabilidade às pequenas e médias empresas (PMEs), dando ênfase na identificação dos serviços ofertados e na identificação da percepção dos contadores desses escritórios, quanto à necessidade da adoção das normas internacionais de contabilidade para as pequenas empresas (*International Financial Reporting Standards for Small and Medium Sized Entities - IFRS for SME*).

Botinha e Lemes (2014) acreditam que o avanço das relações de mercado trouxe destaque às pequenas e médias empresas (PME) na economia pela participação na produção de bens, serviços e geração de empregos. Com o crescente desenvolvimento neste segmento, gestores estão otimistas quanto ao comércio exterior. Nessa óptica, surge a necessidade de se adaptar as normas internacionais de contabilidade e se adotarem com práticas contábeis mais confiáveis e transparentes.

De acordo com pesquisas desenvolvidas pelo Sebrae (2017), “o Brasil conta hoje com 6,4 milhões de empresas. Desse total de estabelecimentos formais no país, em 2016, pouco mais de 99,80% são de PMEs – em Pernambuco, essas empresas somam 99,63% dos empreendimentos.” Como consequência, as micros, pequenas e médias empresas são as maiores demandantes (quantitativamente) dos serviços contábeis no Brasil. Dessa forma, a justificativa de se estudar esse assunto provém da importância dessas empresas na economia brasileira.

O processo de adoção do IFRS para PMEs no Brasil teve início com a publicação da Resolução CFC n.º 1.255, de 10 de dezembro de 2009, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, com vigência a partir dos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010.

Para Girotto (2012), com o objetivo de incluir todas as entidades do País nessa convergência internacional – o IFRS é um padrão utilizado atualmente por cerca de 140 países. A regulamentação tem por finalidade contribuir com o ambiente econômico brasileiro, uma vez que a disponibilização de informações contábeis de alta qualidade é ferramenta importante para o desenvolvimento das PMEs.

O Iasb (*International Accounting Standards Board*) é o órgão que está à frente de todo o processo de convergência da contabilidade mundial; justifica a implantação das ‘*IFRS-SME*’ com a intenção da produção de relatórios com informações mais claras, objetivas, relevantes e com igualdade de critérios utilizados, objetivando facilitar a compreensão e utilização, das demonstrações por parte usuários.

“Esta norma se aplica às demonstrações contábeis para fins gerais de empresas de pequeno e de médio portes, segmentos compostos por sociedades fechadas e por empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas.” (GIROTTI, 2012, p. 7).

A pesquisa tem como base estudos similares já realizados sobre esse tema (ALVES, et al., 2014; BOTINHA, LEMES, 2014; ALVES, 2013; GIROTTI, 2012; NIYAMA, 2005).

Para o alcance de tais objetivos, realizou-se uma pesquisa de campo em quatro escritórios de contabilidade localizados na cidade de Sertânia (PE). A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas presenciais,

com o preenchimento de questionário elaborado com questões objetivas. O trabalho inclui uma revisão da literatura referente à oferta de serviços contábeis, contabilidade gerencial, adoção das IFRS no contexto das PMEs.

2. Referencial Teórico

2.1 Harmonização dos padrões contábeis internacionais

De acordo com Niyama (2005), “não há data exata que defina o início dos estudos sobre Contabilidade Internacional, mas pode-se traçar uma linha divisória por volta de (1950-1960), após o término da Segunda Guerra Mundial e o restabelecimento do comércio internacional mundial”.

Para Costa e Paulo (2015), “a convergência das normas e práticas à contabilidade internacional é complexa”, mas pode facilitar o acesso das empresas nacionais aos mercados de capitais estrangeiros, reduzindo o custo da elaboração das demonstrações financeiras. Têm-se visto que o termo “harmonização” é algumas vezes associado incorretamente ao termo “padronização”.

Segundo Niyama (2005, p.38), a harmonização contábil é definida como sendo um “processo que busca preservar as particularidades inerentes a cada país, mas que permite reconciliar os sistemas contábeis com outros países de modo a melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas”.

Já do ponto de vista de Alves (2011), a harmonização pode ser entendida como “um processo de redução das diferenças nos padrões contábeis, à medida que busca aproximar as normas diversos países, em comum acordo, por meio de alterações em seus sistemas contábeis”.

A padronização é definida por Weffort (2005) como uma obrigatoriedade de uniformização dos padrões contábeis, ou seja, torná-los iguais para todos os países.

Para Coelho, Niyama e Rodrigues (2011), “Padronizar é um processo impossível, já que, por motivos culturais, políticos, econômicos e sociais, os países não poderiam seguir padrões contábeis iguais”.

Costa e Paulo (2015) acreditam que “inúmeros organismos internacionais de normatização da área contábil contribuíram ao longo do século XXI para que normas e práticas internacionais de contabilidade financeira fossem adotadas por sociedades multinacionais”.

Em 1973, o *International Accounting Standards Committee* (IASC) foi criado por ocasião do Congresso Internacional de Contadores em Melbourne (Austrália), sendo fundado pelos seguintes países: Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Grã-Bretanha, Irlanda e os Estados Unidos da América (NIYAMA, 2005).

De 1975 a 1984, o IASC buscou apoio de outros organismos internacionais, formando um grupo consultivo, que logo depois contou com o ingresso do *Financial Accounting Standards Board* (FASB), o órgão responsável pela normatização da contabilidade norte americana formado neste período, da Comissão Europeia e do *International Federation of Accountants* (IFAC).

Em 1995, o IASC concentrou-se na revisão das *International Accounting Statements* - IAS existentes e na elaboração de novas, com o intuito de obter o apoio da *International Organization of Securities Commission* (IOSCO) para a consequente adoção das normas internacionais para as companhias listadas nas Bolsas de Valores.

Em 1999, após uma radical reestruturação do IASC, acaba a vincu-

lação com a IASC ao grupo e este fato marca o início da formação do IASB, que é um órgão privado sem fins lucrativos, tornando-se o principal organismo internacional de pronunciamentos de normas e práticas internacionais de contabilidade financeira e tem suas normas, os IFRS, elaboradas com independência.

De maneira mais genérica, é possível separar os países em dois grupos: o modelo anglo-saxão, que tem como características uma profissão contábil forte, sólido mercado de capitais, pouca interferência governamental, e demonstrações contábeis formuladas para atender prioritariamente aos investidores; e o modelo continental, que tem uma profissão contábil fraca, sofre grande interferência governamental, e as demonstrações financeiras buscam atender, prioritariamente, aos credores e ao governo (NIYAMA, 2005).

No Brasil, o órgão que regula todo o processo de convergência é o Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), que emite os pronunciamentos em português de acordo com as normas originais emitidas pelo IFRS. A adoção das normas internacionais no Brasil começou no ano de 2008 de maneira voluntária, depois da adoção já ter ocorrido na Europa. Em 2010, a adoção dos IFRS passou a ser obrigatória, para todas as empresas listadas na Bolsa.

2.2 IFRS para PME

A elaboração dos IFRS para PME visa nortear as práticas das empresas de capital fechado e, assim, reduzir os problemas relativos ao acesso a financiamento externo, em razão da confiabilidade agregada às suas informações.

Elaborado pelo IASB e publicado em 2004, o IFRS surgiu com o objetivo de se tornar a linguagem oficial do mundo contábil e já conta com a adesão de mais de 130 países. As normas internacionais de relatórios constituem-se na tradução para a expressão em inglês *International Financial Reporting Standard* (IFRS), que são o conjunto de normas internacionais de contabilidade adotados pelos países da União Europeia.

Segundo Botinha e Lemes (2014, p.122), “o IASB, em nove de julho de 2009, elaborou e publicou os IFRS destinadas às pequenas e médias empresas, definidas como aquelas sem obrigação de prestação pública de contas, sendo intitulada como IFRS para PME (IFRS for SME).”

No Brasil, esse tema surge em 2007 com a proposta de adoção, inicialmente, para as companhias com ações ou títulos negociados no mercado, sendo aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários em julho do mesmo ano.



De acordo com Cavalheiro, Huppes, Kremer (2017), em razão da redução do crescimento da economia observada na década de 80, os pequenos negócios passaram a ser vistos como uma alternativa para ocupação da mão de obra excedente, em geral menos qualificada, que não encontrava colocação nas grandes empresas, fato este que pode explicar o número expressivo de PMEs que participam de forma significativa na economia mundial.

No Brasil, foi emitido o CPC PME em separado com aplicação às demonstrações contábeis de empresas de pequeno e médio porte, grupo composto por empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas e que elaboram demonstrações contábeis para fins gerais. Esse Pronunciamento é denominado: Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Em 2009, o CFC emitiu a Resolução 1.255/2009, que tornou o referido CPC uma prática contábil a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2010.

Para Gonzales e Nagai (2013), inicialmente o CPC não detinha o poder de elaborar normas de natureza contábil, o que surgiu por decorrência da Lei n.º 11.638, de 2007, que prevê a existência de entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, sendo essa entidade composta majoritariamente por contadores.

Para Botinha e Lemes (2014) o termo PME é empregado, muitas vezes, para designar ou incluir entidades muito pequenas, sem considerar se estas publicam relatórios para usuários externos, partindo do pressuposto que tais demonstrações são direcionadas somente para atender ao Fisco ou como ferramentas gerenciais.

De acordo com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei n.º 123/2006), as normas gerais quan-

to ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispondo sobre a definição e outros aspectos importantes.

O CPC para PME, como os demais CPCs são elaborados em conformidade com as IFRS elaboradas pelo IASB, como já mencionadas. É delimitado por um conjunto completo de princípios contábeis, não sendo necessária a leitura juntamente com demais normas. Quanto às leis fiscais, o CPC (2010, p. 3) dita da seguinte forma:

As leis fiscais são específicas, e os objetivos das demonstrações contábeis para fins gerais diferem dos objetivos das demonstrações contábeis destinadas a apurar lucros tributáveis. Assim, não se pode esperar que demonstrações contábeis elaboradas de acordo com este Pronunciamento para PME sejam totalmente compatíveis com as exigências legais para fins fiscais ou outros fins específicos. Uma forma de compatibilizar ambos os requisitos é a estruturação de controles fiscais com conciliações dos resultados apurados de acordo com este Pronunciamento e por outros meios.

O porte das empresas pode ser definido de acordo com o número de funcionários, ou ainda, pelo faturamento anual, conforme classificação contida nos Quadros 1 e 2.

Segundo Gonzales e Nagai (2013), a importância dos relatórios contábeis ultrapassou as fronteiras, deixando de ter utilidade limitada ao campo doméstico para servir de instrumento no processo decisório em âmbito internacional, principalmente no atual cenário de mercado globalizado. Os autores igualmente afirmam que "A contabilidade internacional surgiu para minorar as agruras de quem quer investir fora de seu país e até hoje tinha que manusear balanços em dezenas de normas contábeis distintas, tentando compatibilizá-las para comparar."

3. Metodologia

A pesquisa foi fundamentada em pesquisa bibliográfica, realizada em livros, artigos de periódicos científicos e de anais de congressos, além de pesquisa na internet. Possui como universo o conjunto dos escritórios de contabilidade, abrangendo escritórios de diferentes tamanhos.

Quadro 1 – Critério de classificação do porte das empresas por: Pessoas ocupadas

Porte	Serviços e Comércio	Indústria
Microempresa	Até 9 pessoas	Até 19 pessoas
Pequena empresa	De 10 a 49 pessoas	De 20 a 99 pessoas
Média empresa	De 50 a 99 pessoas	De 100 a 499 pessoas
Grande empresa	Acima de 100 pessoas	Acima de 500 pessoas

Fonte: SEBRAE (2016)

Quadro 2 – Critério de classificação do porte das empresas por: Receita Anual

Classificação	Receita operacional bruta anual
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões.
Pequena empresa	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões.
Média empresa	Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões.
Média-grande empresa	Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões.
Grande empresa	Maior que R\$ 300 milhões.

Fonte: BNDES (2016)

Os participantes desta pesquisa foram selecionados por facilidade de acesso, sendo utilizado: conhecimento do pesquisador, localização geográfica e indicação de entrevistados. Geograficamente, a pesquisa limitou-se a cidade de Sertânia (PE). Foram considerados escritórios de contabilidade que prestam serviços para empresas de micro, pequeno e médio porte.

Para obtenção dos dados foi realizada pesquisa de campo, com aplicação de questionário contendo perguntas objetivas. A coleta de dados foi realizada por meio da ferramenta da Web 2.0, o Google Docs, o *link* do questionário foi enviado por e-mail aos participantes. Sertânia (PE) possui seis escritórios no total, porém dois se recusaram a participar, alegando falta de tempo. Dessa forma, foram obtidos quatro questionários úteis, respondidos por proprietários ou gerentes de escritórios contábeis que prestam serviços diretamente às PMEs.

Na intenção de não haver interferência ou influência nas respostas dos participantes, optou-se por não ter contato direto com os respondentes, além de possibilitar a obtenção de informação completa, dessa forma não teria distorções nos resultados.

A análise estatística dos dados foi realizada com auxílio do *Microsoft Excel* (versão 2016). Este estudo é classificado como uma pesquisa de natureza descritiva, quantitativa e qualitativa.

4. Análise dos Dados

Esta seção apresenta os resultados obtidos na aplicação do questionário. Conforme a divisão dos grupos de questões estabelecidos, será dividida em três partes. Na primeira, realiza-se uma descrição dos escritórios que participaram da pesquisa, identificando características como porte, tempo de funciona-

mento e quantidade de funcionários. A segunda busca descrever o perfil dos clientes dos escritórios, verificando porte, solicitação e utilização das informações contábeis, informações obtidas por meio dos escritórios. A terceira faz uma análise da maneira como os escritórios se atualizam, a percepção deles sobre a necessidade da aplicação das normas internacionais da contabilidade para as PMEs.

4.1. Descrição dos Escritórios da Amostra

A seguir apresentam-se os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo, realizada entre os meses de maio e junho do ano de 2019 na cidade de Sertânia (PE). Os respondentes foram classificados de acordo com cargo ocupado no escritório entrevistado, de acordo com a Tabela 1.

O resultado acima tem como realidade a prática dos escritórios dessa cidade do interior do Estado de Pernambuco, que são de pequeno porte. Em sua maioria, tem apenas o contador ou o proprietário. Os demais integrantes não tive-

ram capacidade ou, até mesmo, a autonomia para responder ao questionário aplicado, ficando o dono a cargo da habilidade e entendimento de proprietário do escritório. Dessa forma, isso é demonstrado, na Tabela 1, em que, dos quatro respondentes três são proprietários e apenas um gerente.

Os escritórios foram classificados de acordo com o tempo de existência e quantidade de funcionários de acordo com as tabelas 2 e 3.

A Tabela demonstra que os escritórios com pouco tempo de trabalho estão se consolidando na conjuntura da economia dessa cidade, demonstrando que, em um período de 10 anos, houve novos escritórios engajados na economia local. Isso demonstra que possivelmente haverá continuidade e inovação no âmbito de segmento contábil e de implementação das técnicas internacionais.

O porte dos escritórios foi medido com base na quantidade de funcionários, a qual foi organizada de acordo com faixas de quantidade de funcionários definida conforme a Tabela 3.

Tabela 1 – Cargos dos respondentes

Conceito	Frequência	(em%)
Proprietário do Escritório	3	75
Gerente	1	25
Total	4	100

Fonte: dados da pesquisa do autor, 2019.

Tabela 2 – Tempo de existência do escritório

Conceito	Frequência	(em%)
Até 5 anos	2	50
Entre 5 e 10 anos	1	25
Mais de 10 anos	1	25
Total	4	100

Fonte: dados da pesquisa do autor, 2019.

Tabela 3 – Quantidade de funcionários por escritório

Funcionários	Frequência	(em%)
Até 2	3	75
De 3 a 5	1	25
Acima de 5	0	0
Total	4	100

Fonte: dados da pesquisa do autor, 2019.

A tabela 3, para complementar sobre as características dos escritórios, tem de dois a cinco funcionários, em que três dos quatro escritórios têm dois funcionários e um dos quatro tem de três a cinco funcionários.

4.2 Caracterização dos Clientes dos Escritórios

Os respondentes foram solicitados a classificar seus clientes, de acordo com o porte. Foram apresentadas como alternativas: microempresa, empresa de pequeno porte, média empresa e grande empresa.

Os resultados da Tabela 4 revelam que a distribuição pelo porte dos clientes atendidos pela amostra dos escritórios analisados assemelha-se à do Brasil. Na amostra, maior parte dos clientes são PME. Os quatro escritórios marcaram pequenas empresas e três marcaram médias empresas como seus maiores clientes, percentual bem similar à participação dessas empresas no total das empresas brasileiras (99,80%), basicamente o mesmo resultado do estudo de Alvez, et al. (2014), que realizaram uma pesquisa de campo em 32 escritórios de contabilidade localizados na cidade de Recife (PE).

Observa-se, nos dados dispostos na Tabela 5, que uma grande quantidade das informações que poderiam ser geradas pelos escritórios não é solicitada pelos clientes para uso, como fluxo de caixa projetado, DRA, DVA, DMPL. Pode-se perceber que a informação mais solicitada por parte dos clientes são informações para solicitar empréstimos, que tiveram 100% das respostas. Para Alves, et al. (2014), como se tratam de relatórios mais específicos e de conhecimento quase que exclusivo de quem atua na profissão contábil, esse resultado era esperado. Mas, pela importância deles para ajudar os pequenos

Tabela 4 – Tamanho aproximado em porcentagem das empresas clientes do escritório

Cientes	Entre 1% e 25%	Entre 26% e 50%	Entre 50% e 75%	Entre 76% e 100%	Total (em%)
MEI	50	25	25	0	100
Micro Emp.	0	50	25	25	100
Peq. Emp.	100	0	0	0	100
Média Emp.	75	25	0	0	100

Fonte: dados da pesquisa do autor, 2019.

Tabela 5 – Frequência de solicitação de relatórios contábeis por parte dos clientes

Relatório solicitado pelos clientes	Raramente (em %)	Frequentemente (em %)	Nunca (em %)	Total (em %)
Fluxo de Caixa Projetado	25	0	75	100
DRA	25	0	75	100
DVA	25	0	75	100
DMPL	25	0	75	100
Inf. sobre custo dos produtos	75	25	0	100
Relatório p/ Controle de Estoque	50	50	0	100
Balanco Patrimonial	100	0	0	100
Demonstração do Resultado	100	0	0	100
Inf. para solicitar empréstimos	0	100	0	100
Balancete de Verificação	75	25	0	100
Fluxo de Caixa	50	25	25	100
R. P/Controle das Contas a Pagar	50	25	25	100

Fonte: dados da pesquisa do autor, 2019.

e médios empresários a melhor gerenciar seus negócios, os profissionais da contabilidade poderiam oferecer tais relatórios. Esse resultado esse que se assemelha à realidade de Recife (PE), no estudo de Alves, et al. (2014), que realizaram uma pesquisa de campo em 32 escritórios de contabilidade localizados na cidade de Recife (PE).

4.3. Visão e Atualização dos Escritórios sobre as IFRS

Buscando entender aspectos associados à atualização dos profissionais da contabilidade em relação às IFRS, foram questionadas quais as principais fontes de atualização utilizadas pelos contadores. De acordo com os dados apresentados nas tabe-

las abaixo, pode-se verificar que os veículos de comunicação convencionais (TV, internet, jornais, entre outros) é uma das principais fontes de atualização dos profissionais atingindo os 100% dos entrevistados, seguidas das palestras, com também 100% dos contadores.

Destaca-se o fato de 100% dos contadores participarem de cursos e uma parcela mínima obter informações em veículos de comunicação especializados, como as revistas (Revista Brasileira de Contabilidade e IOB – informativo empresarial). Esses fatores indicam o desconhecimento das necessidades do mercado por parte dos escritórios.

Outro fato relevante é que dentre os que se atualizam, participando de cursos (o total deles, como



pode ser visto na Tabela 6), 50% fez algum curso sobre as normas contábeis para pequenas empresas (NBC T 19.41), conforme evidenciado na Tabela 7.

A Tabela 7 mostra que 50% dos contadores frequentaram cursos sobre NBC 19.41, porém isso não quer dizer que os outros 50% têm menor capacidade sobre o assunto, porém atesta o interesse dos que procuraram se aperfeiçoar quanto à norma.

Pode-se verificar a baixa carga horária (Tabela 8) dos cursos frequentados pelos contadores da amostra, revelando que os participantes obtêm apenas uma ideia superficial das mudanças introduzidas pelas novas normas. Isso põe em dúvida a eficácia de tais cursos e esse resultado se assemelha à realidade de Recife (PE), no estudo de ALVES, et al. (2014), que realizou uma pesquisa de campo em 32 escritórios de contabilidade localizados na cidade de Recife (PE).

Buscou-se também identificar aspectos associados à percepção dos contadores sobre a necessidade que seus clientes teriam dos relatórios produzidos segundo as novas normas internacionais de contabilidade para pequenas empresas (NBC T 19.41). Mais da metade dos profissionais entrevistados têm a percepção de que elas não são necessárias para seus clientes, conforme pode ser visto na Tabela 9.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 9, observa-se que os contadores entrevistados têm a percepção de que as novas normas são necessárias para seus clientes. Eles veem necessidade em implementar mudanças nos relatórios contábeis para adequá-los às IFRS-SME.

De acordo com a Tabela 10, os contadores atribuem grande importância aos aspectos tributários da Contabilidade no Brasil, com 100% dos respondentes conside-

Tabela 6 – Principal (is) fonte(s) de atualização profissional (is)

Conceito	Sim (em%)	Não (em%)	Total(em%)
Notícias - TV, Internet, Jornais	100	00,00	100
Palestras	100	00,00	100
Cursos	100	00,00	100
IOB	75	25	100
RBC	25	75	100

Fonte: dados da pesquisa do autor, 2019.

Tabela 7 – Profissionais contábeis, dos escritórios que frequentaram cursos sobre a NBC T 19.41

Conceito	Frequência	Percentual (em%)
Sim	2	50
Não	2	50
Total	4	100

Fonte: dados da pesquisa do autor, 2019.

Tabela 8 – Carga Horária dos Cursos que os contadores participaram

Conceito	Frequência	Percentual (em%)
Entre 1 hora a 8 horas	4	100
Entre 9 e 50 horas	0	0
Mais de 50 horas	0	0
Total	4	100

Fonte: dados da pesquisa do autor, 2019.

Tabela 9 – Percepção dos Contadores sobre a necessidade que seus clientes precisam de relatórios à base das IFRS

Conceitos	Frequência	Percentual (em%)
Sim	4	100
Não	0	0
Total	4	100

Fonte: dados da pesquisa do autor, 2019.

Tabela 10 – Principais Necessidades dos Seus Clientes

	Sim (em%)	Não (em%)	Total (em%)
Cálculo dos impostos	100	0	100
Folha de pagamento	100	0	100
Balanco Patrimonial e DR	50	50	100
Balancete de Verificação	75	25	100
Fluxo de Caixa	50	50	100
DRA	0	100	100
Controle do estoque	75	25	100

Fonte: dados da pesquisa do autor, 2019.

rando o cálculo de impostos e a folha de pagamentos como principais necessidades dos clientes.

O relatório sobre a situação financeira das empresas (Fluxo de Caixa), essencial para qualquer empresa ter informações que permitam tomar decisões essenciais, para

garantir a sua sobrevivência, é visto como necessário por apenas metade dos entrevistados.

O Balanco Patrimonial e a Demonstração do Resultado, relatórios básicos para evidenciar o tamanho e a qualidade da riqueza, bem com sua evolução durante o

período de análise, também não receberam a unanimidade dos entrevistados.

O balancete de verificação, que mesmo sendo um relatório mais direcionado aos próprios contadores, para assegurar que a contabilização foi realizada adequadamente, mas que mostra o saldo de cada conta contábil, é visto como necessário por 75% dos entrevistados.

O relatório sobre o Controle do Estoque também teve 75% deles indicando que esse controle era necessário. Com relação às novas normas, a Demonstração do Resultado Abrangente proposto por ela foi o relatório considerado menos necessário pela maioria dos entrevistados. Todos (100%) indicaram que esse controle era necessário.

Na Tabela 11, pode-se verificar a maioria dos respondentes que não estão aplicando os conceitos propostos pelas novas normas internacionais de contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC T 19.41). Esse resultado se assemelha a realidade de Recife (PE), no estudo de ALVES, et al. (2014), que realizaram uma pesquisa de campo em 32 escritórios de contabilidade localizados na cidade de Recife (PE).

5. Conclusão

Este estudo investigou, em quatro escritórios de contabilidade atuantes na cidade de Sertânia (PE), que prestam serviços para pequenas e médias empresas, os serviços ofertados, as necessidades dos clientes e o grau de utilização das normas internacionais de contabilidade para pequenas e médias empresas "IFRS for SME".

A pesquisa revela que a maioria dos contadores destaca como principal necessidade a situação fiscal das empresas, deixando de lado os relatórios úteis para a gestão das empresas. Essa informação é con-

Tabela 11 – Conceitos das IFRS já estão sendo aplicados na contabilidade das PMEs na percepção dos escritórios

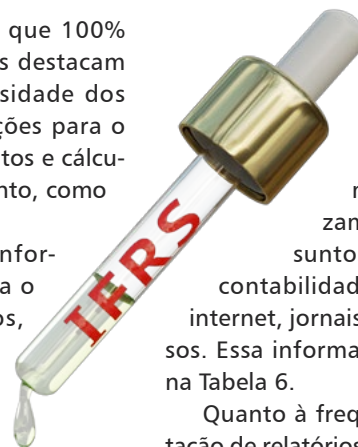
Conceitos	Sim (em %)	Não (em %)	Total (em%)
Mensuração de ativos agrícolas pelo valor justo	25	75	100
Contabilidade de hedge "hedge accounting"	0	100	100
Informações sobre os Principais Pressupostos relativos ao futuro, e outras fontes importantes de incertezas das estimativas na data de divulgação	50	50	100
Ágio por expectativa de rentabilidade Futura	50	50	100
Reconhecimento dos benefícios econômicos futuros	50	50	100
Teste de recuperabilidade	25	75	100
Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros	25	75	100
Reconhecimento de redução do valor Recuperável dos ativos financeiros	50	50	100
Novos métodos de depreciação	25	75	100
Custo atribuído	25	75	100
Mensuração dos ativos ao valor justo	50	50	100
Combinação de negócios	0	100	100
Demonstração do resultado abrangente	0	100	100
Avaliação dos ativos intangíveis	50	50	100
Avaliação do valor recuperável dos ativos financeiros	50	50	100
Ajuste de avaliação patrimonial	50	50	100
Propriedade para investimento	50	50	100

Fonte: dados da pesquisa do autor, 2019.

firmada quando visto que 100% dos que os contadores destacam como principal necessidade dos seus clientes informações para o recolhimento de impostos e cálculo da folha de pagamento, como vistos na Tabela 10.

Itens que geram informações essenciais para o controle dos negócios, como é o caso das informações geradas pelo relatório do fluxo de caixa e pelo controle do estoque, não são destacados com tanta ênfase. Também vimos essa informação na Tabela 10.

Na Tabela 9, vimos que a maioria (100%) dos entrevistados também considera necessária a adoção das normas internacionais de contabilidade para pequenas e médias empresas (IFRS-SME), para atender às necessidades de seus clientes. Também metade dos contadores frequentaram curso sobre a NBC T 19.41, todos com carga horária de oito horas, informações essas encontradas nas tabelas 7 e 8.



Vimos também que 100% dos profissionais da cidade de Sertânia (PE) se atualizam quanto aos assuntos relacionados à contabilidade através de TV, internet, jornais, palestras e cursos. Essa informação confirma-se na Tabela 6.

Quanto à frequência de solicitação de relatórios contábeis (Tabela 5), em sua totalidade (100%) os escritórios de Sertânia (PE) prestam mais serviço de preparação de relatório de solicitação de empréstimos bancários.

Na Tabela 4, vimos que escritórios têm que maior parte dos seus clientes como pequenas empresas. As tabelas 3 e 2 mostram que 75% dos escritórios têm até dois funcionários e 50% tem até 5 anos de existência. A Tabela 1 mostra que 75% dos respondentes são os proprietários do escritório. A explicação para este fato é que esses mesmos 75% são contadores.

Embora a amostra utilizada tenha sido definida por conveniência, não tendo sido, portanto, definida de modo a assegurar uma representatividade estatística da população estudada, a maneira criteriosa com que os respondentes foram selecionados, de modo a incluir escritórios típicos aos que oferecem serviços contábeis às pequenas e médias empresas e pela diversidade na sele-

ção dos entrevistados e pela maneira cuidadosa com que a análise foi conduzida, essas conclusões podem ser bom indício do que ocorre com a população dos escritórios brasileiros, que servem às pequenas e médias empresas brasileiras.

Portanto, os resultados dessa pesquisa podem ser utilizados como possíveis indicativos da situação da oferta dos serviços con-

tábeis para as PMEs, notadamente no que se refere às novas normas contábeis específicas para as pequenas e médias empresas, definida pelo Conselho Federal de Contabilidade (NBC T 19.41 que é compatível com as IFRS-SME). Para futuros trabalhos, recomenda-se que este trabalho seja replicado em outras regiões, para que esses achados sejam validados.

Referências

ALVES, Eudócia Rafaela Moreira. *A implantação dos IFRS nas PMES do Brasil*. 2013.

ALVES, Fernando Lins et al. *Uma análise dos escritórios de contabilidade sobre a necessidade de aplicação das IFRS para Pequenas e Médias Empresas*. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 8, n. 3, 2014.

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/porte.html. Acesso em: 11 de junho de 2019.

BOTINHA, Reiner Alves; LEMES, Sirlei. *IFRS para Pequenas e Médias Empresas: Percepção Sobre a Adoção das Normas Internacionais no Brasil*. Revista de Administração e Contabilidade da FAT, v. 5, n. 3, p. 117-135, 2014.

CAVALHEIRO, Rafael Todescato; HUPPES, Cristiane Mallmann; KREMER, Andréia Maria. *Aplicação das IFRS para pequenas e médias empresas na perspectiva dos prestadores de serviços contábeis*. Revista Contabilidade e Controladoria, v. 9, n. 2, 2017.

COELHO, C. M. P., NIYAMA, J. K., & RODRIGUES, J. M. *Análise da qualidade da informação contábil frente a implementação dos IFRS: uma pesquisa baseada nos periódicos internacionais (1999 a 2010)*. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 6, n. 2, 2011.

COSTA, A. D. J. B., & PAULO, E. *IFRS para pequenas e médias empresas: conhecimentos e habilidades requeridos ao profissional contábil na percepção de mestrandos e doutorandos dos PPGCCs*. Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI, v. 1, n. 1, 2015.

GIROTTI, Maristela. *Brasil começa a adotar o IFRS na contabilidade de PMEs*. Revista Brasileira de Contabilidade, n. 186, p. 6-23, 2012.

GONZÁLES, Alexandre; NAGAI, Cristiane. *A eficácia social do pronunciamento técnico para pequenas e médias empresas sob a ótica da Teoria dos Jogos*. Enfoque: Reflexão Contábil, v. 32, n. 1, 2013.

NIYAMA, Jorge Katsumi. *Contabilidade internacional*. São Paulo: Atlas, 2005.

SEBRAE – *Micro E Pequenas Na Economia Brasileira E Pernambucana*. Relatório de Pesquisa. 2017.

SEBRAE – *Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira*, 2014. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2019.

WEFFORT, Elionor FJ. *O Brasil e a harmonização contábil internacional: Influências dos sistemas jurídicos e educacional, da cultura e do mercado*. São Paulo, Editora Atlas, 2005. 2005. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado.
